



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

RELATÓRIO DE VISITAS AO SISTEMA PRISIONAL DO ESTADO DO MARANHÃO PELO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO - CNMP

Para cumprir agenda de trabalhos de visitas ao sistema prisional do Estado do Maranhão, integrantes da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, acompanhados de representação do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, compareceram à cidade de São Luís, no período de 22 a 24/10/2013.

PARTICIPANTES:

- Conselheiro MARIO BONSAGLIA - Presidente da Comissão de Aperfeiçoamento da Atuação do Ministério Público no Sistema Prisional, no Controle Externo da Atividade Policial e na Segurança Pública – CNMP;
- Juiz Auxiliar DOUGLAS DE MELO MARTINS – Coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF) – CNJ;
- Membros Auxiliares Ivana Farina Navarrete Pena e Paulo Taubemblatt – Comissão de Aperfeiçoamento da Atuação do Ministério Público no Sistema Prisional, no Controle Externo da Atividade Policial e na Segurança Pública, do CNMP.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

Dia 22/10

15h30 – Reunião com o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, Desor. Antônio Guerreiro Júnior¹.

A abertura da reunião foi feita pelo Desor. Presidente, que saudou os integrantes do CNMP e do CNJ, externando a preocupação do Tribunal de Justiça do

¹ Participaram da reunião de trabalho no TJ/MA, além do Presidente do TJ/MA e dos representantes do CNMP e do CNJ: Dr. José de Ribamar Froz Sobrinho, Desembargador Coordenador-Geral da UMF/TJ-MA; Dra. Terezinha de Jesus Guerreiro Bonfim, Subprocuradora-Geral de Justiça Administrativa do Estado do Maranhão; Dr. Suvamy Vivekananda Meireles, Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Maranhão; Dr. Marco Aurélio Rodrigues, Promotor de Justiça; Dr. Carlos Roberto Gomes de Oliveira Paula, Juiz de Direito da 1ª VEP; Dr. Edimar Fernando Mendonça, Juiz de Direito da 2ª VEP; José Nilo Ribeiro Filho, Juiz Auxiliar da Presidência do TJ/MA; e Miguel Antônio Figueiredo Moyses, Assessor TJ/MA.



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Estado do Maranhão com as diversas questões relacionadas ao Sistema Prisional e de Execuções Penais, sobretudo no que se refere ao elevado número de presos provisórios no Estado, bem como à ausência de responsabilização dos agentes públicos envolvidos no inconcebível número de mortes no Sistema Prisional local.

Salientou, ainda, que quanto ao Poder Executivo Estadual, não há investimentos para novos estabelecimentos e também que foi estabelecida uma política indevida de transferência de presos do interior para a Capital, restando a descentralização do Sistema Prisional como uma medida a ser adotada com urgência. Finalizou realçando a importância da instalação recente da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário – UMF (janeiro/2012), no âmbito daquele Tribunal de Justiça.

Na sequência, o Presidente da Comissão do Sistema Prisional do CNMP esclareceu que a visita do CNMP ao Sistema Prisional do Maranhão já restava deliberada, em razão das graves ocorrências verificadas desde 2010, ocasião em que se deu motim no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, contabilizando-se 18 (dezoito) mortes, e que a presente inspeção, que ocorre após a decretação do estado de emergência no Sistema Prisional pela Sra. Governadora do Estado, em virtude de nova rebelião naquele mesmo estabelecimento carcerário, ocorrida no dia 09/10 último, com 9 (nove) mortos, é propícia para a avaliação da situação atual, bem como para a articulação de medidas emergenciais a serem propostas à Chefia do Poder Executivo, para a solução dos graves problemas identificados.

O Conselheiro Mario Bonsaglia enalteceu, na ocasião, a parceria entre o CNMP e o CNJ para o trato das questões relativas ao Sistema Prisional, tanto na realização de mutirões carcerários, como também nas inspeções em locais que apresentam sérios problemas.

Nesse sentido, foi secundado pelo representante do CNJ, Dr. Douglas de Melo Martins, que rememorou, na oportunidade, proposta de termo de cooperação encaminhada ao governo do Estado pelo CNJ e a ser firmado entre diversas instituições, com o objetivo de efetivar a abertura de vagas para presos provisórios e definitivos do sistema prisional maranhense no sistema de saúde e, ainda, em unidades de internação de adolescentes. Anotou que, até a presente data, não houve manifestação oficial do Poder Executivo sobre a matéria.

Após diversas discussões entre os presentes, restou convergente a conclusão de que todos os segmentos envolvidos na solução dos graves problemas verificados no sistema prisional do Maranhão trabalhariam em conjunto na proposição de um novo modelo que possa erradicar a superlotação, fazer frente às facções criminosas em atividade nas prisões e promover a distribuição dos presos de forma regionalizada.

Finalmente, foi entregue ao Conselheiro Bonsaglia Relatório Anual (2013) de atividades desenvolvidas pela Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário – UMF, do Tribunal de Justiça – MA.



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

18h – Visita ao Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Estado do Maranhão

Os representantes do CNMP, Conselheiro Mario Bonsaglia e Membro Auxiliar Ivana Farina Navarrete Pena, compareceram em visita ao Ministério Público Federal – Maranhão, quando foram recebidos pela Procuradora da República Ana Karizia Távora Teixeira Nogueira – PRDC, Procuradora da República Thayna Freire de Oliveira – integrante do Conselho Penitenciário e pelo Procurador da República Alexandre Silva Soares - PRDC Substituto.

À oportunidade, foi o CNMP cientificado de Representação feita pelo MPF-MA e pela DPU-MA perante o Sr. Procurador-Geral da República, com o fim de ser formulado pedido de intervenção da União no Estado do Maranhão, para assegurar a observância de direitos da pessoa humana, na forma do art. 34, VII, b, da Constituição da República, diante do momento atual do sistema penitenciário maranhense.

Dia 23/10

8h30 - Visita ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas e ao estabelecimento Central de Custódia de Presos da Justiça - CCPJ do Bairro Anil².

Tendo em vista as consequências da última rebelião verificada no Complexo de Pedrinhas, com destruição das instalações da Casa de Detenção – CADET e remanejamento dos presos, a visita às unidades do Sistema Prisional Maranhense foi precedida da articulação de medidas de segurança pelo Promotor de Justiça Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues, Coordenador do GAECO-MP/MA, tendo sido as providências executadas pela Força Nacional de Segurança Pública, sob o comando do Tenente-Coronel Francisco Borges, bem como pelas Polícias Civil e Militar e pela Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária, chefiada pelo Dr. Sebastião Uchôa.

Também em virtude do recente motim, à Comitativa não foi possível verificar a real situação de lotação nos estabelecimentos visitados, já que os presos que antes se encontravam na CADET foram remanejados por todo o sistema.

2 Participaram das visitas, além dos representantes do CNMP e do CNJ: Dr. Sebastião Uchôa, Secretário de Justiça e Administração Penitenciária do Estado do Maranhão; Tenente-Coronel Francisco Borges, representante da Força Nacional de Segurança Pública; Dra. Regina Lúcia de Almeida Rocha, Procuradora-Geral de Justiça do MP/MA; Dr. Suvamy Vivekananda Meireles, Corregedor-Geral do MP/MA; Dr. Marco Aurélio Rodrigues, Promotor de Justiça do MP/MA; Dr. Pedro Lino Silva Curvelo, Promotor de Justiça do MP/MA; Dr. Carlos Jorge Avelar Silva, Promotor de Justiça do MP/MA; Dr. Willer Siqueira Mendes Gomes, Promotor de Justiça do MP/MA; Dr. José Cláudio Cabral Almada Lima, Promotor de Justiça do MP/MA; Dra. Ana Karizia Távora Teixeira Nogueira, Procuradora da República; Dra. Thayna Freire de Oliveira, Procuradora da República; Dr. Alexandre Silva Soares, Procurador da República; Dr. Carlos Roberto Gomes de Oliveira Paula, Juiz de Direito da 1ª VEP; Dr. Edimar Fernando Mendonça, Juiz de Direito da 2ª VEP; Dr. Luís Antônio Pedrosa, representante da OAB/MA e Dr. Paulo Rodrigues de Castro, representante da DPE/MA.

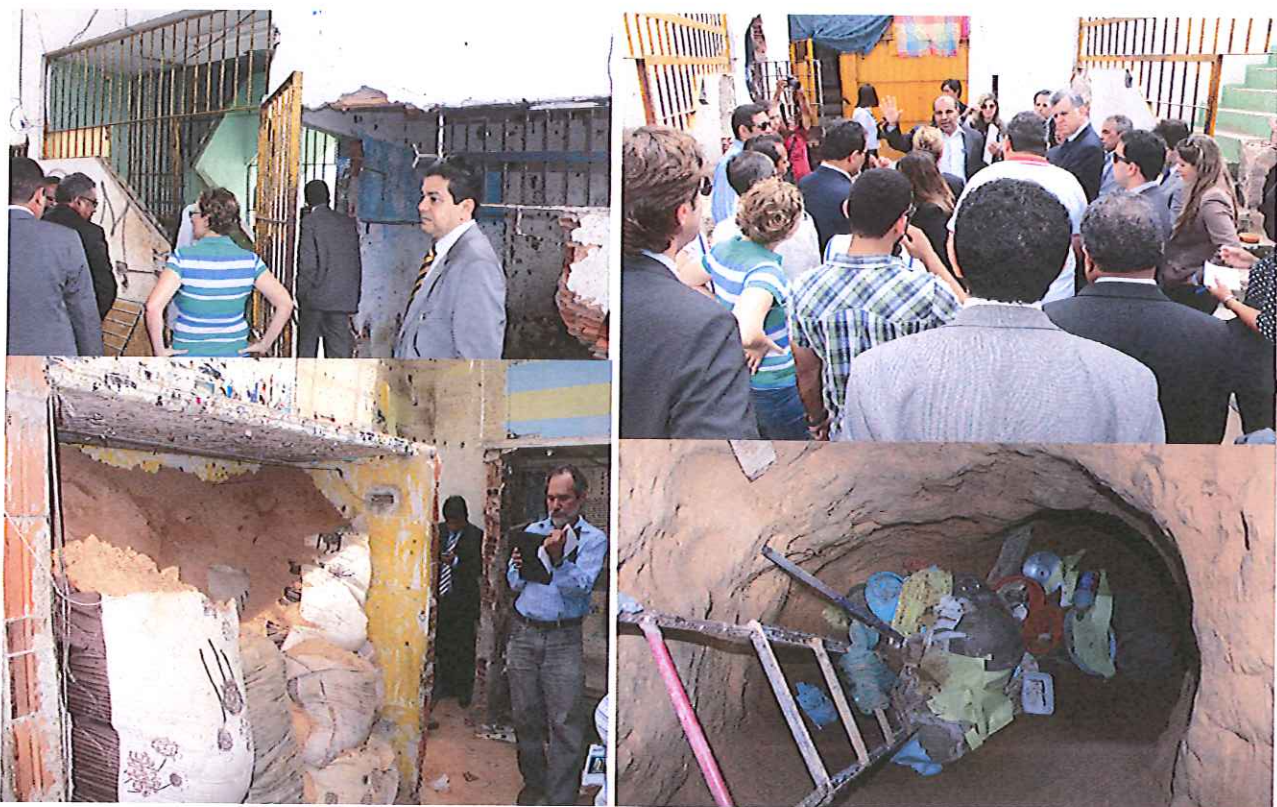


CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Casa de Detenção – CADET

Inicialmente, a comitiva compareceu ao prédio da CADET, que diante da rebelião e dos diversos danos ali provocados, estava em reforma e abrigava pouquíssimos presos. Causou espécie o tamanho do túnel cavado para a fuga que restou frustrada, bem como a absurda quantidade de areia retirada pelos detentos nas escavações, depositada em sacos alojados ao fundo de uma cela, denotando absoluta falta de fiscalização pelos agentes responsáveis (fotos abaixo).

O diretor do estabelecimento é o Sr. Raimundo da C. Brenha Saldanha e sua capacidade, antes da rebelião, era de 410 (quatrocentos e dez) presos.



Centro de Detenção Provisória – CDP

Na sequência, a comitiva dirigiu-se ao Centro de Detenção Provisória – CDP, destinado à triagem de presos, estabelecimento que, diante da desocupação da CADET, abrigava cerca de 800 (oitocentos) presos por ocasião da visita, embora tenha



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

capacidade para apenas 402 (quatrocentos e dois) detentos.

Além da superlotação verificada, as condições de encarceramento revelaram-se precárias, com a presença de “gambiaras” na quase totalidade das celas, formando um quadro que, na avaliação do conselheiro Mario Bonsaglia, “é extremamente preocupante, a exigir soluções emergenciais”.

Em contato com os detentos, as autoridades ouviram denúncias sobre situações aviltantes ocorridas no estabelecimento prisional, como a de uma cela que foi esvaziada para a visita da comitiva, onde se verificou um quadro de completa insalubridade, em que o aparelho sanitário encontrava-se entupido e com fezes à mostra, no mesmo espaço em que alimentos eram preparados em um fogareiro no local instalado. Também naquele estabelecimento, durante a visita, foi retirado um preso que se sentia mal, alegando ter sido espancado pela Polícia. O nome do detento foi encaminhado à Promotoria de Justiça do Controle Externo da Atividade Policial, para apuração do caso.

Ainda com relação ao CDP, verificou-se, dos depoimentos dos presos, que a distribuição dos mesmos nas celas ocorria de acordo com a facção criminosa que integravam (Primeiro Comando do Maranhão – PCM ou Bonde dos 40), ao total arrepio das disposições legais que determinam a separação por situação processual e por regimes de cumprimento de pena.

A diretora do Centro de Detenção Provisória é a Sra. Josiane Oliveira Furtado.

Penitenciárias São Luís I e II

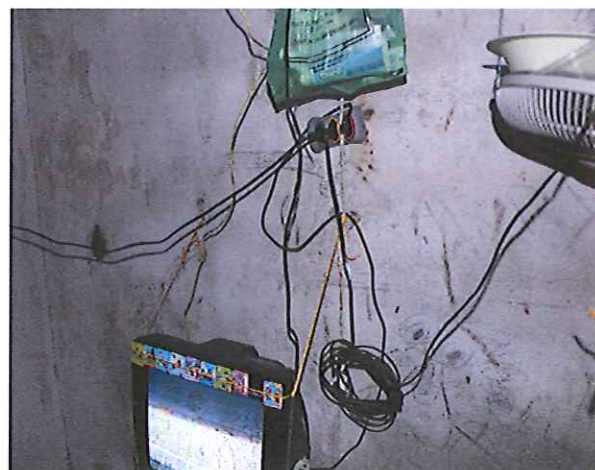
Ainda no Complexo Prisional de Pedrinhas, foram visitadas as Penitenciárias São Luís I e II, consideradas de “segurança máxima”, sem que sejam dotadas da estrutura correspondente. Na ocasião, os presos não foram vistos dentro das celas, pois estavam todos na quadra esportiva, em banho de sol. Nessas circunstâncias, embora pudesse a comitiva presenciar as condições das carceragens, que são antigas e mal conservadas, não lhe era possível avaliar a real situação em que os detentos eram alojados.

Também nessa visita foi possível verificar a existência de “gambiaras” em diversas celas, instalações sanitárias entupidas, preparo de alimento nas carceragens e inscrições nas paredes, indicando a presença das facções criminosas “Bonde dos 40” e “PCM” (Primeiro Comando do Maranhão) – fotos abaixo.

O diretor das Penitenciárias é o Sr. Raimundo Teixeira Filho.



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO



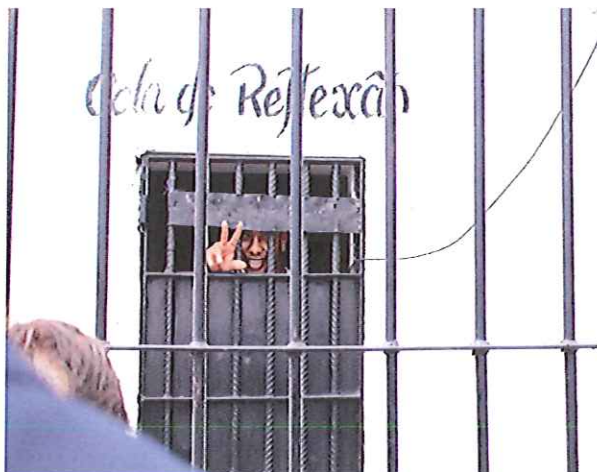
CCPJ do Anil

Na Central de Custódia de Presos de Justiça – CCPJ do Anil, além da superlotação comum ao sistema, foi identificada a situação mais degradante. A comitiva constatou que em uma das celas 13 detentos se amontoavam, sem nenhuma condição de higiene. O caso mais grave foi de um preso que usa uma bolsa de colostomia e não recebe nenhum tipo de acompanhamento médico. De imediato, o conselheiro Mario Bonsaglia solicitou aos promotores de Justiça que identificassem a situação processual de cada um dos presos.

Na CCPJ, a comissão foi informada sobre o aparecimento de um revólver de calibre 38, na manhã daquele dia. A arma teria sido jogada por cima do muro, dentro de uma bola de futebol, por duas pessoas que dirigiam uma motocicleta. O episódio ocorreu no momento em que os detentos se encontravam no pátio tomando banho de sol. A direção do presídio disse que o caso está sendo investigado (fotos abaixo).



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO



A diretora da CCPJ do Anil é a Sra. Valdene Cardoso.

Hospital Socorrão II

Após as visitas aos estabelecimentos penais, a Comitiva dirigiu-se ao Hospital Socorrão II, onde encontravam-se internados 05 (cinco) presos feridos na rebelião de 09/10.

Além das condições gerais precárias do Hospital, superlotado e com pacientes distribuídos em macas pelos corredores, a Comitiva presenciou a total falta de segurança em que se dava a internação dos presos feridos. Sob a escolta de apenas dois agentes, estavam algemados pelos pés às macas, de forma vulnerável.





CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

14h – Entrevista Coletiva

Concluídas as visitas programadas, foi concedida entrevista coletiva no auditório do MP/MA, com a presença dos representantes do CNMP e do CNJ, além de integrantes do MP/MA e MPF/MA.

Na oportunidade, o CNMP recebeu os seguintes documentos ;

- Relatório da Situação do Sistema Penitenciário do Estado do Maranhão, elaborado e entregue pelo Sindicato dos Servidores do Sistema Penitenciário do Estado do Maranhão – SINDSPEM-MA e
- Relatório de Visita a Unidades Prisionais do Complexo Penitenciário de Pedrinhas – MA, elaborado e entregue pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos do Maranhão.

15h - Reunião na sede do Ministério Público do Maranhão, para discussão do atual contexto prisional e articulação de medidas a serem propostas.³

Dando início à reunião, a Procuradora-Geral de Justiça, Dra. Regina Lúcia de Almeida Rocha saudou os representantes do CNMP, bem como os integrantes do Ministério Público maranhense ali presentes, ressaltando a importância do tema em debate, relativo às graves condições do sistema penitenciário maranhense e à atuação do *parquet* estadual no enfrentamento dos diversos problemas verificados por todo o Maranhão.

Com a palavra, o Conselheiro Mario Bonsaglia agradeceu, inicialmente, o empenho do Ministério Público local para a realização exitosa da agenda de trabalhos no Estado, assinalando especialmente o exemplo da Procuradora-Geral de Justiça, que capitaneou os integrantes do MP/MA nas visitas realizadas, bem como o zelo na adoção das medidas de segurança à Comitiva, pelo Promotor de Justiça Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues.

Na sequência, expôs a importância do cumprimento, pelos Promotores de Justiça com atuação na Execução Penal, dos ditames da Resolução nº 56/10-CNMP, que estabelece relatórios mensais e anuais de visitas aos estabelecimentos penais, de modo

3 Participaram da reunião, além dos representantes do CNMP, os seguintes integrantes do MP/MA: Dra. Regina Lúcia de Almeida Rocha, Procuradora-Geral de Justiça; Dr. Suvamy Vivekananda Meireles, Corregedor-Geral; Dr. Marcos Valentim Pinheiro Paixão, Assessor-Chefe da PGJ; Dr. Luiz Gonzaga Martins Coelho, Diretor-Geral da PGJ; Dra. Doracy Moreira Reis Santos, Chefe de Gabinete da Corregedoria Geral; Dra. Rosanna Conceição Gonçalves, Promotora de Justiça Corregedora; Dr. Marco Aurélio Rodrigues, Promotor de Justiça Coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado; Drs. Willer Siqueira Mendes Gomes, Carlos Jorge Avelar Silva, Pedro Lino Silva Curvelo – Promotores de Justiça de Execução Penal; Dr. José Cláudio Cabral Marques, Promotor de Justiça; Dr. Marcio Thadeu Silva Marques, Coordenador do CAOPE-II; Dr. Raimundo Nonato Sousa Cavalcante, Promotor de Justiça da Infância e Juventude; Dra. Fernanda Helena Nunes Ferreira, Promotora de Justiça de Execução de Medidas Sócio-Educativas e Dr. João Leonardo Souza Pires Leal, Promotor de Justiça de Defesa da Probidade Administrativa



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

a exercer eficaz controle do sistema carcerário, como previsto na LEP. Também externou a preocupação do Conselho com o elevado número de mortes de presos verificadas nos estabelecimentos penais do Maranhão, assim como com as constantes e violentas rebeliões ocorridas nos últimos anos e com as precárias condições de encarceramento, que submetem os detentos a diversas violações de seus direitos.

Após essas considerações, os representantes do CNMP passaram a ouvir os depoimentos dos membros dos MP/MA presentes, que relataram as atividades desempenhadas diante da crise no sistema penitenciário estadual, além das dificuldades pelos mesmos encontradas na solução dos diversos problemas detectados, sobretudo com relação ao Poder Executivo Estadual e à manutenção de importantes decisões judiciais em ações civis públicas, no segundo grau de jurisdição.

No encerramento da reunião, externaram a importância de ser retomada junto à Governadoria do Estado a discussão acerca da assinatura de Termo de Cooperação proposto em setembro de 2012, por intermédio do CNJ, indicando, ainda, medidas urgentes a serem buscadas, como : abertura de novas vagas no sistema, construção imediata de presídios de segurança máxima nas cidades de São Luís e Imperatriz, realização de concurso público para agentes penitenciários, fortalecimento da segurança interna institucional nos presídios e apuração dos diversos homicídios ocorridos nos presídios do Estado, contabilizados em 25 apenas neste último semestre.

Após a manifestação dos presentes, a Sra. Procuradora-Geral de Justiça fez a entrega ao Conselheiro Mario Bonsaglia dos seguintes documentos:

- Relatório de Atividades desenvolvidas pela 3ª Promotoria de Justiça de Execuções Penais de São Luís, incluindo Ações Civis Públicas ajuizadas para a Interdição de espaços na Penitenciária São Luís II e de Pedrinhas, além de Procedimentos Administrativos e Inquéritos Civis Públicos instaurados para apurar desaparecimento de preso, cobranças indevidas de honorários e/ou propinas de detentos, falta de vagas e de segurança no sistema prisional de São Luís;
- Relatório de Recomendações expedidas pela 29ª e 31ª Promotoria de Justiça Criminais de São Luís, nos anos de 2012 e 2013, dirigidas à Secretaria de Justiça e de Administração Penitenciária, tendo como objeto o registro das informações das ocorrências verificadas no âmbito de cada unidade prisional destinada a presos provisórios; a separação e a liberação de presos nos estabelecimentos prisionais; a implementação de medidas para a melhoria das condições físicas e humanas das unidades carcerárias de presos provisórios;
- Relatório das providências adotadas pelas 2ª e 4ª Promotorias de Execuções Penais de São Luís, para melhoria das condições dos estabelecimentos prisionais da Capital, que arrola Inquéritos Civis Públicos instaurados em conjunto com as demais Promotorias de Justiça de Execuções Penais, para apurar falta de vagas, deficiência estrutural, insegurança e violação dos direitos dos presos custodiados na Casa de Detenção I – CADET e para coletar dados acerca da falta de segurança na Penitenciária e nos presídios da Comarca; Procedimentos



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Administrativos em tramitação, para verificar a correta aplicação de recursos, apurar a falta de vagas na Casa do Albergado e condições de cumprimento de pena em regime aberto, levantar dados acerca do fabrico e comercialização de alimentos no interior dos presídios e acerca da quantidade de presos mortos nos estabelecimentos prisionais no período compreendido de 2004 a 2013, além de Recomendações expedidas e Representações diversas;

- Termo de Cooperação proposto em setembro de 2012 à Governadora do Estado, firmado por integrantes do CNJ, do TJ-MA, da PGJ-MA e DPE-MA;
- Relatório da rebelião no Presídio de Segurança Máxima São Luís (Complexo Penitenciário de Pedrinhas), ocorrida nos dias 08 e 09/11/10 e Plano de Ação Emergencial nº 01, elaborados pelo Dr. José Cláudio Cabral Marques, Promotor de Justiça;
- Diagnóstico do Sistema Carcerário do Estado do Maranhão, formulado pela Procuradoria-Geral de Justiça;
- Notícia de instauração de Inquérito Civil Público pela 29ª Promotoria de Justiça Especializada da Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa, para apuração de terceirização de mão de obra para prestação de serviços de vigilância nos presídios do Estado, em substituição aos agentes penitenciários;
- Plano Estadual de Saúde do Sistema Penitenciário do Maranhão, resultado de diversas oficinas realizadas pela 15ª Promotoria de Justiça Criminal de São Luís junto aos Servidores da Saúde do Estado, ao município de São Luís e às Secretarias de Segurança e de Administração Penitenciária;
- Relatório de atuação das Promotorias de Justiça das Comarcas de Pedreiras, Paço do Lumiar, Açailândia e Bacabal - MA, na atividade de fiscalização do sistema prisional;
- Documentação sobre a atuação das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude de São Luís, especialmente relacionada às condições de perícia técnica na área e aos locais de cumprimento de medidas socioeducativas;
- Relatório das inspeções efetuadas pelo MP/MA nas Delegacias da Capital, anos 2012/2013;
- Clipping Especial sobre o sistema penitenciário e
- Anexos com documentos relacionados ao Sistema de Segurança Pública em diversas cidades maranhenses.



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Dia 24/10
10h - Palácio dos Leões

Audiência com Roseana Sarney, governadora do Estado do Maranhão, representantes do CNMP e do CNJ, do MP/MA e do Poder Judiciário/MA, e Secretários Estaduais de Justiça e de Administração Penitenciária, da Casa Civil e de Segurança Pública.



Em reunião no Palácio do Governo do Estado do Maranhão, o Conselheiro Mario Bonsaglia externou à Governadora Roseana Sarney, inicialmente, a motivação das visitas procedidas pelo CNMP e pelo CNJ ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas, diante das graves ocorrências ali verificadas, desde a rebelião ocorrida em 2010, até o último motim, acontecido no dia 09/10 último.

O Conselheiro, Presidente da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública – CNMP, passou então a descrever o complexo como um local em que há “presídios com amplo desrespeito a direitos humanos básicos e com reflexos nefastos sobre a segurança pública”. Lembrou que a última rebelião resultou em dez mortes e dezenas de feridos e ainda que somente neste ano 38



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

pessoas já morreram por conflitos no sistema.

Na sequência, anotou que informações obtidas junto ao DEPEN-MJ, por meio de seu Diretor Augusto Eduardo de Souza Rossini, dão conta de que verbas federais destinadas àquele Estado para construção de novos estabelecimentos penais foram devolvidas sem utilização, dado ao não preenchimento de requisitos técnicos para o início das obras.

Passou, então, a detalhar as impressões obtidas após as visitas, relatando a existência de “celas pequeníssimas, com treze presos amontoados, em precárias condições de higiene, um deles colostomizado” e ainda frisando que “presos provisórios são mantidos em celas com os já condenados e o único critério de separação é a facção criminosa à qual pertencem”.

Ao concluir sua fala, o Conselheiro indicou à Governadora as medidas já arroladas, em setembro de 2012, em proposta de termo de cooperação, intermediada pelo CNJ e firmada pelo Poder Judiciário do Maranhão, pela Procuradoria-Geral de Justiça e pela Defensoria Pública-Geral do Estado, como sendo as iniciativas que urge sejam adotadas para solução dos graves problemas identificados, ressaltando que tais providências revelam-se ainda oportunas, já que o quadro se mantém inalterado após o decurso do tempo. Das proposições formuladas, destacam-se a construção de duas unidades prisionais de segurança máxima; a construção ou adaptação de estabelecimentos prisionais em Comarcas do interior, com a regionalização do sistema; a criação de cargos e realização de concursos públicos para todas as vagas de agente penitenciário; o incremento do orçamento da Defensoria Pública, além do combate à ação das facções criminosas no sistema penitenciário e à corrupção de agentes públicos que ali atuam.

A seguir, o Juiz Auxiliar Douglas de Melo Martins, Coordenador do DMF – CNJ, ressaltou a importância da reunião, anotando que o CNJ acompanha os problemas do sistema carcerário maranhense e busca, desde 2012, contribuir para solucioná-los. Asseverou que o agravamento da crise, com a última rebelião e o elevado número de mortes verificadas nos estabelecimentos penais, está a demandar medidas proporcionalmente urgentes e enérgicas, corroborando a proposta de que seja retomado e pactuado o termo de cooperação já referenciado, com o estabelecimento de plano de ação pelo governo estadual.

Com a palavra, a governadora do Maranhão, Roseana Sarney, após discorrer sobre as dificuldades orçamentário-financeiras que o Estado enfrenta para ampliar os investimentos no sistema penitenciário, bem como relatar as razões técnicas que impediram a utilização de verbas federais, anunciou que o governo estadual investirá R\$ 53 milhões no sistema carcerário. Detalhou que os recursos são do BNDES e serão utilizados para a construção de onze penitenciárias – dez no interior e uma na capital, São Luís. Na ocasião, os secretários de Justiça e Administração Penitenciária, Sebastião Uchoa; e de Segurança Pública, Aloísio Mendes, detalharam o planejamento das obras a serem realizadas.

Concluída a reunião, o Conselheiro Mario Bonsaglia afirmou que o resultado das tratativas realizadas mostrava-se positivo, já que, além de anunciar a destinação de recursos para a melhoria dos presídios, a governadora se dispôs a assinar o termo de



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

compromisso apresentado pelo CNMP, CNJ, MP/MA e Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, com o objetivo de regularizar a situação do sistema carcerário naquele Estado.

Brasília-DF, 28 de novembro de 2013.



IVANA FARINA NAVARRETE PENA

Membro Auxiliar



PAULO TAUBEMBLATT

Membro Auxiliar